

## EXÔDO RURAL E O SURGIMENTO DOS BAIROS POPULARES DE MEDELLIN COLÔMBIA

Bruno Fontes Almeida<sup>1</sup>; Cristina Campos<sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2022.v14i1.15955>

### Palavras-chave

Êxodo rural  
Violência  
Bairros Populares  
Medellín  
Colômbia

### Keywords

Rural exodus  
Violence  
Popular Neighborhoods  
Medellin  
Colombia

### Palabras clave

Êxodo rural  
Violencia  
Barrios populares  
Medellín  
Colombia

### RESUMO

A década de 1950 foi um período de grandes conflitos na zona rural colombiana, denominado pela “La Violência”, período em que foram registradas cerca de dois milhões de pessoas deslocadas para as grandes cidades e mais de 300.000 mortes. A cidade de Medellín, situada no Departamento de Antioquia, Colômbia, constitui-se em objeto das reflexões desse estudo, tendo como objetivo geral analisar o impacto do êxodo rural colombiano, o processo de urbanização da cidade e o surgimento dos bairros populares. O método para a elaboração da pesquisa será a pesquisa teórica exploratória. Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a falta de políticas públicas voltadas para conter o êxodo rural na Colômbia não foi exitoso, visto que um país predominantemente agrícola passa a ser predominantemente urbano, sem possuir a infraestrutura adequada para abrigar a quantidade de imigrantes que vinham do campo em busca de uma nova vida na cidade. O processo de expectativas para melhorar as condições de vida dos camponeses que fugiam dos conflitos armados e encontrar tranquilidade, foram superados por uma desordem total no inchaço e nos problemas da cidade, a isto se somam a falta de moradia, miséria e o crime.

### ABSTRACT

#### RURAL EXODUS AND THE ARISING OF THE POPULAR NEIGHBORHOODS OF MEDELLIN COLOMBIA

The 1950s was a period of great conflicts in the Colombian countryside, called “La Violência”, a period in which nearly two million people were displaced to large cities and more than 300,000 deaths. The city of Medellín, located in the Department of Antioquia, Colombia, is the object of the reflections of this study, with the general objective of analyzing the impact of the Colombian rural exodus, the urbanization process of the city and the emergence of popular neighborhoods. The method for preparing the research will be exploratory theoretical research. The results found in this study suggest that the lack of public policies aimed at containing the rural exodus in Colombia was not successful, as a predominantly agricultural country becomes predominantly urban, without having the adequate infrastructure to house the number of immigrants who came from the countryside in search of a new life in the city. The process of expectations to improve the living conditions of peasants who fled armed conflicts and found tranquility were overcome by a total disorder in the swelling and problems of the city, in addition to the lack of housing, poverty and crime.

### RESUMEN

#### EXÔDO RURAL Y EL SURGIMIENTO DE LOS BARRIOS POPULARES DE MEDELLIN COLOMBIA

La década de 1950 fue un período de grandes conflictos en el campo colombiano, denominado “La Violência”, un período en el que casi dos millones de personas fueron desplazadas a las grandes ciudades y más de 300.000 muertes. La ciudad de Medellín, ubicada en el Departamento de Antioquia, Colombia, es objeto de las reflexiones de este estudio, con el objetivo general de analizar el impacto del éxodo rural colombiano, el proceso de urbanización de la ciudad y el surgimiento de barrios populares. El método de elaboración de la investigación será una investigación teórica exploratoria. Los resultados encontrados en este estudio sugieren que la falta de políticas públicas encaminadas a contener el éxodo rural en Colombia no tuvo éxito, ya que un país predominantemente agrícola pasa a ser predominantemente urbano, sin contar con la infraestructura adecuada para albergar la cantidad de inmigrantes que llegaron al campo en busca de una nueva vida en la ciudad. El proceso de expectativas para mejorar las condiciones de vida de los campesinos que huyeron de los conflictos armados y encontraron tranquilidad fue superado por un total desorden en la hinchazón y problemas de la ciudad, además de la falta de vivienda, la pobreza y la delincuencia.

<sup>1</sup> Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: [brunofontesarq@gmail.com](mailto:brunofontesarq@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu e pesquisadora do instituto Anima.

## INTRODUÇÃO

A história política colombiana é marcada pela ausência de políticas pertinentes na sociedade, pela alta desigualdade social e pela persistência da luta armada, elementos esses que fizeram ao longo dos anos o espaço político incapaz de solucionar os diversos conflitos que ocorrem no país. A intensidade e constância das guerras civis sugerem que a violência teria se constituído numa via acolhida pela sociedade como forma de se defender dos diversos conflitos gerados pela inércia das disputas políticas e pela incapacidade do Estado colombiano. De acordo com Gomes (1991), a década de 1950 foi um período de grandes conflitos na zona rural colombiana, denominado pela “*La Violencia*”, nesse período foram registradas cerca de dois milhões de pessoas deslocadas para as grandes cidades e mais de 300.000 mortes. Um número bastante elevado, pois na época correspondia a dez por cento de toda população da Colômbia.

A cidade de Medellín, situado no Departamento de Antioquia, Colômbia, constitui-se em objeto das reflexões desse artigo. Medellín possui uma população de 2,508 milhões de acordo com o DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estatística). A cidade foi construída em torno do Rio Medellín, localizado no vale do Aburrá, local de grande valor ambiental por possuir diversas fontes de água. Além disso conta com uma topografia bastante acidentada, com o solo instável geologicamente e com grandes índices de violência (ECHEVERRI, 2016). Segundo Castillo (1977), Medellín cresceu paralelamente a violência, a concentração de renda, a inércia do poder do Estado a solucionar problemas estruturais da cidade e na concentração de miséria. O processo de expectativas para melhorar as condições de vida dos camponeses que fugiam dos conflitos armados e encontrar tranquilidade, foram superados por uma desordem total no inchaço e nos problemas da cidade, a isto se somam a falta de moradia, miséria e o crime.

Esse artigo tem como objetivo geral analisar o impacto do êxodo rural colombiano na cidade de Medellín Colômbia, especialmente o processo de urbanização de Medellín e o surgimento dos bairros populares. O método para a elaboração da pesquisa será a pesquisa teórica exploratória, buscando informações através de bibliografias e publicações em sites, revistas, livros, órgãos governamentais da Colômbia e dados estáticos como parte referencial do trabalho. Este trabalho discorre de uma ordem cronológica que analisa as desigualdades sociais no Estado colombiano a partir da invasão pelos espanhóis no século XVI, da luta pela independência da Espanha, do êxodo rural, no processo de urbanização e industrialização de Medellín e no surgimento dos primeiros bairros populares de Medellín.

## CARACTERIZAÇÃO DA COLÔMBIA E SEU PROCESSO HISTÓRICO

A Colômbia é um país localizado a noroeste da América do Sul sobre a Cordilheira dos Andes, banhado pelo Mar do Caribe, pelo Oceano Pacífico e grande parte de seu território integra a floresta amazônica. Faz fronteira com o Brasil, Venezuela, Peru e o Panamá. Possui uma população de 49.648.685 milhões de habitantes, sendo que 77% dessa população está localizada em áreas urbanas e 23% na zona rural. É subdividida por 32 Departamentos e um distrito Capital. Suas principais cidades são: Bogotá (distrito federal) com aproximadamente 7.412,566 milhões de habitantes, Medellín, Capital do Departamento de Antioquia e segunda cidade mais importante do país com 2.427.129 segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) no senso realizado em 2018 (DANE,2018).

De acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 6.625.064 bilhões de dólares, tornado a Colômbia a terceira maior economia da América do Sul. Entre os seus principais produtos de exportação se destacam o petróleo, esmeraldas, ouro, flores, café e a cana de açúcar, sendo também um importante criador de gado. Entretanto, na prática essa riqueza é desigualmente distribuída, a pontuação no Coeficiente de Gini que mede o grau de concentração de renda marca 49,70, configurando na 90ª posição dos 126 países nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) das Organizações das Nações Unidas (ONU) em seu relatório em 2018. É conhecido por ser um país de grandes belezas e elevados índices de violência (BANCO MUNDIAL, 2019).

O território que atualmente compreende a Colômbia, antes da chegada dos europeus era habitado por três grandes etnias indígenas que povoaram o território: O Caribe, os Arwac, Putumayo e Caquetá e os Muisca ou Chibchas. Em 1499 o capitão da invasão espanhola na América, Alonso de Ojeda, deixou a Espanha acompanhado de dois jovens que se destacavam na Academia de Salamanca: Juan de la Cosa, considerado um dos mais experientes pilotos e cosmólogos do momento e do estudioso cartográfico Américo Vespúcio. Ojeda,

cuja expedição consistia em quatro caravelas, percorreu a costa venezuelana do Golfo de Paria chegando a península de La Guajira, território que atualmente compreende a Colômbia (MELO, 1996).

Após a chegada das novas terras conquistadas, o governo espanhol instalou a Audiência Real como forma de governo, que contava com presidentes e vice-reis. Nesse período conhecido como a colônia, os nativos trabalhavam através de instituições como a Mita, uma modalidade de trabalho livre, mas compulsória; a entrega de um grupo indígena aos cuidados de um conquistador em troca de suprimentos para os nativos confiados; as reservas, a concentração de famílias indígenas em um lugar previamente escolhido, do qual não deveriam partir, e a escravidão. Nesse período a Igreja unificava ideologicamente os territórios conquistados, facilitando a administração das novas terras. Entre a minoria branca que constituía a população das colônias havia os “chapetones” que eram brancos nascidos na Espanha e os “criollos”, brancos nascidos na América (MELO, 1996).

A década de 1520 é marcada pela escravidão africana na Colômbia, motivada pelo rápido declínio da população nativa americana, os africanos substituíram os índios no trabalho pesado, sendo forçados a trabalhar em minas de ouro, plantações de cana de açúcar, fazendas de gado e em grandes latifúndios, sem receber qualquer quantia por esse serviço<sup>1</sup> (MURILLO, 2001).

Os abusos da coroa levaram a diversas revoltas que teve início com a revolução dos membros da comunidade em Socorro, Santander com a participação dos criolos, que se sentiam economicamente esmagados pela Espanha, que tinha como massa de manobra a grande legião de índios, negros e mestiços. Em 1816, o General espanhol Pablo Morillo derrota os revolucionários de Nova Granada devolvendo a Colômbia novamente ao domínio espanhol, começa-se a luta pela Independência liderada pelo General Simon Bolívar. Em 25 de julho Bolívar saiu vitorioso junto a suas tropas na batalha de Pântano de Vargas na Venezuela e, em 7 de agosto, logrou na famosa batalha de Boyacá contra o exército realista que permitiu a tomada de Santa fé do domínio espanhol. Nesse mesmo ano é realizado o Congresso de Cúcuta que estabeleceu uma constituição e a união da Venezuela, Nova Granada e Equador passando a chamar-se de Grã Colômbia, elegendo Simon Bolívar como primeiro presidente e do General Santander como Vice-Presidente (LAROSA; MEJIA, 2013).

De acordo com Larosa e Mejia (2013) a ditadura de Bolívar, a guerra contra o Peru, as inúmeras rebeliões e conspirações contra o regime colombiano, a revolução da Venezuela contra o governo nacional em Bogotá e os esforços de ministros de estabelecer uma monarquia constitucional foram fatores determinantes para a guerra civil e o fim da segunda República em 1830. Em 29 de fevereiro de 1832 é eleito o General Santander como Presidente da República de Nova Granada e uma nova constituição que defendia um regime centralista, um período presidencial de quatro anos, e que os estados fossem regidos por governantes.

No final da década de 1849 são formados dois partidos políticos com muita rivalidade na Colômbia, o Conservador e o Liberal. O desacordo de ideias dos partidos acarretou numa guerra civil que entrou para a história como a Guerra dos Mil Dias que findou em 1903 com a separação do Panamá com interferência direta dos Estados Unidos da América. Em 1953, o General Gustavo Rojas Pinilla deu um golpe de Estado contra o presidente Laureano Gomes ficando no poder até 1957, quando os partidos Conservador e Liberal aceitaram dividir o poder formando o Bipartidarismo, ou seja, se alternando no poder (LAROSA; MEJIA, 2013).

Essa mesma década é marcada pelas lutas sindicais e sociais, da Revolução Cubana (1959), do surgimento das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em 1964, e pela morte do padre Camilo Torres Restrepo em 1965 fato que marca o início da Guerrilha na Colômbia. A partir de então, a Colômbia passou a sofrer com a violência de grupos políticos rebeldes (FARC) e dos traficantes de drogas. A década de 1970 na Colômbia foi marcada por um golpe no processo eleitoral que culminou na vitória do Partido Conservador da Frente Nacional. Em 1984 é assassinado o ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla pelo cartel de drogas de Medellín (MOROTTI, 2015).

No início da década de 1990 é promulgada a nova constituição colombiana, em 1998 é eleito o presidente Andrés Pastrana que inicia um processo de paz com as guerrilhas. Em 2002 Álvaro Uribe deu continuação aos acordos de paz, ressaltando-se o acordo realizado em 2017 quando o governo Colombiano declarou oficialmente o fim de seu conflito com as FARC, reconhecendo-a como partido político de nome Força Alternativa Revolucionária do Comum (SEGURA, 2017).

1 De acordo com Murillo (2001), estudioso e defensor afro-colombiano do meio ambiente, dos direitos dos grupos étnicos minoritários e da paz na Colômbia, a escravidão na Colômbia era tão injusta e cruel como em todas as partes das Américas. A escravidão foi abolida em 1851 e mesmo após a emancipação a vida dos recém libertados era muito difícil, sendo forçados a viver em áreas de selva como um mecanismo de autoproteção.

## **EXÔDO RURAL COLÔMBIANO**

Na primeira década do século 20, segundo Larosa e Mejia (2013) a Colômbia possuía uma população de pouco mais de cinco milhões de habitantes, sendo que três milhões e meio desses habitantes (75%) estavam localizados em áreas rurais. Portanto, pode-se afirmar que a Colômbia, em 1912, era um país rural. Importante notar que dos um milhão e meio de habitantes restantes (25%) exerceu controle real do território, dominando as relações de mercado, as instituições do Estado e as demais dinâmicas socioculturais da nação (LAROSA; MEJIA, 2013).

De acordo com Pires (2005), essa mudança do rural para o urbano na Colômbia se deu através de diversos fatores que não se limita apenas à Revolução Industrial. O camponês da Colômbia tem contra si, além do latifúndio, a guerra civil e o capital internacional, que necessita da terra e não necessariamente de toda a mão de obra camponesa disponível. De acordo com o relatório da Agência para refugiados da ONU em 2018, a Colômbia se configura como o segundo país com o maior índice de deslocamento forçado do mundo, chegando a 7,9 milhões de pessoas (ONU, 2018).

Segundo Pires (2005), a disputa por terras na Colômbia se confunde com o seu processo de colonização, torna-se contundente nos primórdios do século XX com registros de organizações de ordem camponesa unindo-se as lutas indígenas e povos afro-colombianos. Em 1926 foi reconhecido a função social da propriedade rural e a autorização da expropriação de terras improdutivas através da lei de número 74 promulgado nesse mesmo ano<sup>2</sup>. Um período de conflitos de interesses entre camponeses e latifundiários foi acompanhado por leis que desagradavam a um dos grupos envolvidos, como a Lei número 100 que retardou a Lei número 200 que legitimava a reforma agrária no país (PIRES, 2005).

A zona rural colombiana herdou a estrutura agrária do período da colonização espanhola. As grandes famílias eram detentoras de latifúndios e aos colonos restava as terras de baixa qualidade, sem infraestrutura, trazendo fome e pobreza, fatores esses ocasionados pela ineficiência das terras. Essa injusta distribuição de terras foi o fator decisivo para a redução do homem do campo de 6 milhões em 1938 e 11,6 milhões em 1996 (MELO, 1996).

Famílias inteiras fugiram do campo para a cidade em função dos problemas agrários do país e do aumento das áreas de cultivo de drogas e principalmente dos grupos armados em luta no país. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas) os motivos que levaram ao êxodo rural na Colômbia são: 34% dos casos são ameaças, 18% medo, 14% assassinatos de familiares e amigos, 10% conflitos armados e 9% massacres, sendo este último o que tem mais crescido (SANTOS, 1988).

O século XX é caracterizado por um período de maior deslocamento da população rural para ao meio urbano. A partir da década de 1970 houve um grande aumento na produção de entorpecentes complicando mais ainda a situação do país. A guerra interna que ocorria na Colômbia teve um papel decisivo para o êxodo rural, causando uma grande fuga para as cidades, os denominados refugiados urbanos (PIRES, 2005).

As grandes cidades colombianas acabaram se tornando os núcleos que marcariam o rumo tomado pela dinâmica de crescimento e povoamento da população nas décadas que se seguiram, a ponto de transformar a Colômbia em um país predominantemente urbano no final do século 20. De acordo com o Censo de 2005, 74,3% dos colombianos vivem nos núcleos urbanos, enquanto o restante, 25,7%, cerca de onze milhões, se instalam em áreas rurais dos municípios. A partir desta perspectiva, afirmar que a Colômbia se tornou um país urbano significa que essa mudança ocorreu com base em um aumento considerável da população pobre nas cidades e conseqüentemente nos diversos problemas de infraestrutura urbana, o que resulta na qualidade de vida das pessoas (LAROSA; MIJERIA, 2013).

De acordo com Santos (1988), o fenômeno causado pelo êxodo rural nos países latino-americanos é avassalador. A população urbana em países desenvolvidos é multiplicada por 2,5 entre os anos 1920 e 1980 enquanto nos países subdesenvolvidos como é o caso da Colômbia multiplicador se aproxima de 6. Segundo os dados da CODHES (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento, 2019), mais de 3 milhões de colombianos foram deslocados por causa da violência no campo. O número de pessoas que foram obrigadas a deixar a zona rural atingiu seu ápice em 2002 com o número de 4 milhões seguido por queda nos decorrer anos.

---

<sup>2</sup> A lei de número 74, de 1926 sobre a função social da propriedade rural determinava que o governo poderia desapropriar terras improdutivas e distribuir entre os habitantes rurais como forma de apascenta as tensões no campo e na grande migração para os centros urbanos (PIRES, 2005).

## PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MEDELLÍN

Medellín é a segunda cidade em importância comercial e industrial da Colômbia, e é a capital administrativa do Departamento de Antioquia. Possui uma população de 2.376.000 milhões de habitantes de acordo com o DANE. A cidade foi construída em torno do Rio Medellín, localizado no vale do Aburrá, local de grande valor ambiental por possuir diversas fontes de água. Além disso, conta com uma topografia bastante acidentada e com o solo instável geologicamente (ECHEVERRI, 2011).

Segundo Londoño (2013), Medellín e sua região metropolitana apresentam, no contexto geográfico, particularidades e universalidades do seu processo de crescimento urbano que correspondem a um conjunto de sistemas de objetos interligados indissociavelmente. No contexto da sua urbanização e industrialização, o primeiro plano regulador para a cidade foi o Plano Medellín Futuro, em 1913. O plano regulava novos locais de atividades comerciais e foi marcado por uma visão higienista europeia, conduzido pelos seguintes princípios: mobilidade, beleza e salubridade (LONDOÑO, 2013).

O uso urbano do solo era concentrado na zona plana do vale, mas sua forma, que era de traçado espanhol, desconhecia a topografia da região e os bairros não acompanhavam os movimentos das curvas de nível, ocasionando diversas situações de riscos, como desmoronamentos. Esse erro se repetiu durante todo o processo de crescimento da cidade (LONDOÑO, 2013).

No início do século XX, Medellín concentrava sua economia na atividade mineira, cafeeira e na atividade industrial, vinculadas ao mercado e ao sistema internacional. É importante frisar que a mineração, o comércio e a produção cafeeira permitiram a implantação de diversas fábricas em áreas centrais e de bairros da classe operária no centro da cidade. Segundo Poveda (1996) no início dos anos 1900, Medellín possuía o mesmo processo inovador e avançado das cidades de Buenos Aires (Argentina) e Monterrey no México (LONDOÑO, 2013). Em 24 de junho, começa a construção da primeira linha de bonde da cidade, que ia do Parque Berrío ao bairro América, inaugurada em 12 de outubro de 1921. Esse bonde era administrado pela agência governamental *Travia Municipal de Medellín* (TMM) e posteriormente pela Empresa Públicas Medellín (EPM) (LONDOÑO, 2013).

Medellín se internacionalizava e sua forma se transformava com importantes prédios e obras, tais como: o aterro de córregos urbanos, a gestão do primeiro plano de aqueduto e esgoto da cidade, construção de bairros (Berlin e Villanueva, na área central da cidade), retificação do Rio Medellín, gestão do aeroporto da cidade, jardim botânico e o zoológico, foram desenvolvidos em parceria com diversas oligarquias antioqueñas, particularmente a “*Sociedad de Mejoras y Ornato*”, mais conhecida como Sociedade de Melhorias Públicas. Todas as ações dessa sociedade respondiam aos desejos das famílias mais ricas da cidade, os decretos do governo nunca interferiram na estrutura interna - pelo contrário, as incentivava, dando-lhe privilégios. Essa sociedade de interesse privado tem interferido na história da cidade no âmbito social, físico, educativo e cultural até os dias atuais (GARCIA, 1999, p. 331).

Nas décadas seguintes, conforme Naranjo e Villa (1997), a indústria consolidou-se como a principal atividade econômica de Medellín, ocasionando um grande deslocamento da população rural para o meio urbano. No início da década de 1940, o processo de urbanização expandiu-se, atravessando a parte ocidental do rio em volta das áreas centrais ao longo do córrego Santa Elena, estrutura hídrica importante para o processo de urbanização da cidade (NARANJO; VILLA, 1997).

Devido ao êxodo rural e ao desenvolvimento da indústria Medellín, no final da década de 1940, apresentava um cenário desalentador, com diversos problemas de mobilidade, de circulação, de uso do solo, de carência de zonas verdes. Tendo em vista esses problemas, a Alcaldia de Medellín, junto com os urbanistas Wiener e Sert, realizou o Plano Piloto, seguindo as quatro funções básicas da cidade (habitação, trabalho, recreação e circulação) funções essas descritas na carta de Atenas, em 1933 (NARANJO; VILLA, 1997). Na metade do século XX, Medellín vivia seu apogeu industrial, a zona plana da cidade era ocupada pelas principais atividades econômicas e pela elite e as zonas de declividade do vale era habitada pelas pessoas de baixa renda. Esse bom desempenho da indústria e da atividade comercial permitiu a ativação da construção na cidade até 1956 (CÁMARA COLOMBIANA DE LA CONSTRUCCIÓN, 1994).

Para Naranjo e Villa (1997), Medellín na década de 1960 era uma cidade industrial, comercial e com um crescimento populacional demasiadamente acelerado, de 144.100 habitantes em 1938 para 735.236 em 1964, ou seja, um crescimento aproximadamente de 500%. Nessa mesma década é instalado um Plano Diretor (lei 66

de 1968) que marcava as diretrizes gerais da cidade e descrevia os problemas urbanos buscando financiamento de capital internacional por meio do projeto aliança. De acordo com o mesmo autor, essas regulamentações foram assinaladas como segregacionistas, já que na prática diferenciava a cidade por condições sociais (classe média alta, média e baixa). Esse estatuto permaneceu em vigor até 1972, na qual a prefeitura decidiu aplicar as “Normas Mínimas de Urbanização” que delimitava áreas territoriais de acordo com o nível econômico social da população (NARANJO; VILLA, 1997).

Durante a década de 1980, desenvolvimentos sociais e políticos foram apresentados. Foram criadas normas para a descentralização do Estado, o que abriu possibilidades de processos participativos nos serviços domiciliares, saúde e contratação comunitária. Os conselhos administrativos foram criados por lei local (Lei 11 de 1986) e houve progresso na lei de reforma urbana (Lei 9 de 1989) que teve ressonância em Medellín com o Estatuto do Planejamento Municipal, Usos do Solo, Urbanismo e Construção, que regulamentaram os processos de renovação urbana (Convênio 038, de 1990) (NARANJO; VILLA, 1997).

A Lei 9 de 1989 era de gestão local significativa, devido ao progresso no planejamento de desenvolvimento, a regulamentação do uso do solo, mobilidade urbana, habitação de interesse social, serviços públicos domésticos, meio ambiente, patrimônio, espaço público e a proteção de moradores de assentamentos precários, procurando evitar a violação de direitos (NARANJO; VILLA, 1997).

### **OS BAIRROS POPULARES DE MEDELLÍN**

O aumento demográfico da cidade de Medellín e de grande parte dos municípios de sua região metropolitana foi muito elevada ao longo da metade do século 20. Isso é explicado principalmente pelo deslocamento de pessoas e famílias das áreas rurais para a cidade em busca de oportunidades de emprego na crescente indústria da cidade, que gerou a criação de novos bairros para a classe trabalhadora. Posteriormente, as ondas de deslocados pela violência em áreas rurais chegaram a Medellín, agravando o déficit de habitação (CALVO; PARRA, 2012).

De acordo com Martin (2012), o primeiro assentamento popular em Medellín foi o bairro “O Salado”, situado na zona centro-oeste, fundado por um grupo de escravos recém-libertos da escravidão. Em 1910, ainda segundo o mesmo autor, já existiam oito lotes de assentamentos ilegais na zona nordeste, próximo às estradas e fontes de água. Em 1930, em decorrência da grande falta de moradia e do grande desenvolvimento industrial, a iniciativa privada, junto ao poder público, se encarregava de prover moradia, construindo bairros operários para o trabalhador assalariado, mas com a intensa migração dos anos 1970, grande parte da população ficou à margem dessa provisão habitacional, dando origem aos assentamentos precários (MARTIN, 2012).

Nesses assentamentos o acesso ao terreno se dava através do mercado informal promovido por urbanizadores piratas ou nas ocupações das encostas dos morros. Sendo assim, à medida em que crescia a alta demanda por moradia, crescia também a ineficiência do Estado de prover a superação dessa demanda. A partir desse déficit de políticas habitacionais por parte do Estado, começa o crescimento da cidade popular, carente de infraestrutura, moradia, mobilidade, saneamento básico e equipamentos públicos (CALVO; PARRA, 2012).

Esses processos urbanos informais ocorreram como uma resposta dos habitantes para atender às suas necessidades básicas de habitabilidade. Esses processos da autoprodução são não só da habitação, mas da própria vida no território, lembrando que a informalidade não é apenas a localização e o acesso a uma casa, mas também o acesso a bens e serviços urbanos coletivos, como serviços públicos, equipamentos e à infraestrutura (CALVO; PARRA, 2012).

É necessário esclarecer que em Medellín os bairros são classificados em estratos socioeconômicos (de 1 a 6) e que, por exemplo, 13% da população pertence ao 1 (muito baixo), 37% para o estrato 2 (baixo) e 30% para o estrato 3 (médio-baixo), 16% para estratos médios (4 e 5) e apenas 4% ao estrato 6 (alto), ou seja, aproximadamente 80% dos habitantes da cidade pertencem aos setores populares e suas necessidades básicas ainda não são atendidas (ENCHEVERRY, 2016).

Esses bairros informais estão nas áreas da cidade com os índices de qualidade mais baixos de desenvolvimento humano e de vida, é uma população de baixa renda e baixa escolaridade. Nos anos 1980 esses assentamentos espontâneos, que nunca tiveram o apoio do Estado, se tornaram rapidamente nos locais mais problemáticos da cidade, devido ao grande número de jovens sem oportunidades, que escolhiam o caminho da violência e da ilegalidade como forma de sobrevivência (CALVO; PARRA, 2012).

Com as mudanças no campo político na Colômbia e especialmente em Medellín no início do século 21, levaram ao Estado (tanto o governo nacional quanto o local) o interesse em assumir o controle desses bairros, reconhecendo que era necessário estabelecer programas que promovessem a inclusão desses bairros na lógica da cidade, por meio de acordos de desmobilização com grupos armados fora da lei e ao mesmo tempo com intervenções físicas no território (MARTIN, 2012).

Em Medellín, um dos indicadores mais usados para medir o nível socioeconômico da população é o Índice de Qualidade de Vida (ICV) onde, de acordo com os dados da Prefeitura de Medellín (2011) a situação do estrato 1 difere em quase 20 pontos do estrato 6, evidenciando o quão desigual a cidade é. Da mesma forma, o último relatório do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-HABITAT) para a América Latina classificou Medellín como a cidade mais desigual do país, com um Lacuna de 56 pontos (MARTIN, 2012).

No final de 2002, o Planejamento Municipal de Medellín havia identificado 104 assentamentos de desenvolvimento incompleto ou inadequado, localizados em áreas de encostas na periferia urbana, carente de infraestrutura física, serviços públicos básicos e habitação, com organizações sociais em processo de formação, habitadas por cerca de 350 mil pessoas, uma população equivalente a 18% do total da cidade (MARTIN, 2012).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que a falta de políticas públicas voltadas para conter o Êxodo rural na Colômbia foi de total fracasso, um país que era predominantemente agrícola passa a ser predominantemente urbano, sem possuir a infraestrutura adequada para abrigar a quantidade de imigrantes que vinham do campo em busca de uma nova vida na cidade. Ficou observado que os bairros populares de Medellín cresceram com pouca participação do estado e ali se criou uma cidade popular, onde os moradores tinham que conviver em péssimas condições de vida, utilizando-se de violência como única forma de chamar a atenção do governo para os problemas ali existentes. O problema da desigualdade social na Colômbia é visto desde a época da invasão pelos espanhóis onde diversos Índios foram expulsos das suas terras e escravizados.

No sonho defendido por Simon Bolívar de libertar a Colômbia dos abusos da coroa espanhola, que logo após ao êxito da libertação o sistema continuou nas mãos das grandes oligarquias, frustrando toda a classe mais humilde que lutou por esse ideal. Na fuga dos camponeses que tiveram que largar suas terras pela falta de capacidade do governo de resolver os problemas de violência ocasionados pela guerrilha e os grupos armados da Colômbia e de uma reforma agrária que atendesse os camponeses de uma forma geral, não apenas aos latifúndios e as grandes oligarquias. Reforça-se a necessidade de políticas públicas que atenda a população em sua totalidade, distribuindo de forma melhor a renda, trazendo os moradores desses lugares para os centros das discussões para que no futuro essas políticas públicas possam diminuir os problemas de desigualdade histórica dos povos colombianos.

### REFERÊNCIAS

ASPECTOS GERAIS DA COLÔMBIA, 2018. **Banco Mundial**, Washington, 2019. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/country/colombia> Acesso realizado em abril de 2019.

CALVO, Ó.; PARRA, M. Medellín, 1968. **Protesta, secularización y vida urbana en las jornadas de la II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano**. Bogotá: Planeta, 2012. P.78-81.

CÁMARA COLOMBIANA DE LA CONSTRUCCIÓN (CAMACOL). **Lonja de Propiedad Raíz de Medellín y Antioquia. Identificación y caracterización del ciclo de la edificación en el Valle de Aburrá 1930-1993**. Medellín, 1994.

CASTILLO, Carlos. **Vida Urbana e Urbanismo**, Instituto Colombiano de Cultura, Bogotá, 1977, p.9.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO [CODHES]. **Número de Personas Desplazadas por Departamento (Recepción) por año 2002**. Bogotá, Colômbia, 2005. Disponível em: [http://www.codhes.org/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=55&Itemid=51](http://www.codhes.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=55&Itemid=51). Acesso re-

alizado em junho de 2019.

ECHEVERRI, Alejandro. Medellín reescreve seus bairros - Urbanismo Social 2004-2011. **Revista online do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica - Puc-Rio**, Rio de Janeiro Brasil N° III, 2016.

GÓMEZ, Augusto. **Índios, colonos e conflitos. Uma história regional das planícies orientais, 1780-1970**, editores do século XXI - Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá 1991.

HUMAN DEVELOPMENT INDICES AND INDICATORS, **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)**, 2018. Disponível em: [hdr.undp.org/sites/default/files/2018\\_human\\_development\\_statistical\\_update.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf) Acesso realizado em setembro de 2019.

LAROSA, Michael; MEJIRIA, Germán **Historia concisa de Colombia (1810-2013)** 1a ed. Bogotá, Colômbia, 2013. Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Editorial Universidad del Rosario. p.69-86. Disponível em <http://repository.urosario.edu.co/handle/10336/10560> Acesso realizado em agosto de 2019.

LONDOÑO, Luz Stella. **Relação natureza-sociedade no contexto da cidade latino-americana: Medellín, Colômbia**. Cuadernos de Vivienda y Urbanismo, v. 5, n. 9, p. 32-45. 2013.

MARTIN, G. Medellín, **tragedia y resurrección. Mafia, Ciudad y Estado, 1975-2012**. Medellín: Planeta Colombiana S.A., 2012. p.279.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MELO, Jorge. **HISTORIA DE COLOMBIA EL ESTABLECIMIENTO DE LADOMINACION ESPAÑOLA**. 2016. Disponível em: [www.researchgate.net/publication/272481406\\_Historia\\_de\\_Colombia\\_El\\_establecimiento\\_de\\_la\\_dominacion\\_espanola](http://www.researchgate.net/publication/272481406_Historia_de_Colombia_El_establecimiento_de_la_dominacion_espanola). Acesso em: 11 ago. 2019.

MOROTTI, Fernanda. **Enciclopédia latino-americana: Colômbia**. 2015. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/colombia>. Acesso realizado em de abril de 2019.

MURILLO, Luis. **El Chocó: o coração africano na Colômbia**. Nova York. 2011. Disponível em <http://colhrnet.igc.org/newsletter/y2001/spring01art/africanheart101.htm> Acesso em: 11 ago. 2019.

NARANJO, Gloria; VILLA, Marta Inés. **Entre luces y sombras: Medellín, espacio y políticas urbanas**. Medellín: Corporación Región, 1997. p.47-51.

PATIÑO, Otty. **História (privada) da Violência** «Foi um golpe de Estado». 2017. Disponível em <https://www.megustaleer.com.co/libros/historia-privada-de-la-violencia/MCO-000613/fragmento> Acesso em 15/08/2019.  
PIRES, Aparecida. **Êxodo Rural e violência urbana na Colômbia**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadepoblacion/32.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SALAZAR, A. **La génesis de los invisibles. Historias de la segunda fundación de Medellín**. Bogotá: Programa por la Paz Compañía de Jesús, 1996. p.48-53.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo, Hucitec - 1981 Urbanização Brasileira, São Paulo, Edusp -2005.

SEGURA, R.; MECHOULAN, D. **How Colombia and the FARC Decided to End the War** (2017). Disponível

em: <https://www.ipinst.org/2017/02/how-colombia-and-the-farc-endedthe-war>. Acesso realizado em agosto de 2019.

SENSO NACIONAL DE POPULAÇÃO E VIVIENDA 2018, *Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE)*, 2018, Bogotá, Colômbia. Disponível em: [http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/643/get\\_microdata](http://microdatos.dane.gov.co/index.php/catalog/643/get_microdata) Acesso em: 11 ago. 2019.